

Alerta Legislação nº 52, de 25 a 30 dez. 2017
Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
29/12/2017	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 814, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica. <u>LEI Nº 13.586, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural; institui regime tributário especial para as atividades de exploração, de desenvolvimento e de produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos; altera as Leis nºs 9.481, de 13 de agosto de 1997, e 12.973, de 13 de maio de 2014; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 62, de 21 de novembro de 1966. <u>DECRETO Nº 9.252, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Estabelece a metodologia de cálculo para o valor de referência de que trata o art. 2º, caput, incisos II e III, da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990(*). <i>(*) Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.</i>
27/12/2017	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 813, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para dispor sobre a possibilidade de movimentação da conta do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP. <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 812, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea "c", da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste - FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. <u>LEI Nº 13.576, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017</u>

	Dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) e dá outras providências. <u>LEI Nº 13.575, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Cria a Agência Nacional de Mineração (ANM); extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM); altera as Leis nºs 11.046, de 27 de dezembro de 2004, e 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e revoga a Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994, e dispositivos do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração).
26/12/2017	RETIFICAÇÃO <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 811, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017</u> (Publicada no DOU de 22 de dezembro de 2017 - Seção 1)
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)	SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SDA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 45, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Aprovar os critérios e requisitos específicos para o credenciamento de laboratórios que realizam testes de identificação genética e verificação de parentesco de animais pela análise do DNA, visando o registro genealógico e a inscrição de reprodutores, na forma desta Instrução Normativa e dos seguintes anexos: (...) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 41, DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Alterar o item 1 do Capítulo I; os itens 1, 2 e 2.1 do Capítulo III; os itens 1, 2, 3, 4, 5, e o título do Capítulo IV; o item 1.3 do Capítulo V; os itens 3, 4, 5 e 6 do Capítulo VII; os itens 1.2.1.1, 1.2.2, 1.2.2.1, 1.2.3.1.1, 1.2.3.1.2, 1.2.3.2, 1.2.3.2.2, 1.2.3.3, 1.2.3.3.1, 1.2.3.3.2, 1.2.4.1, 1.2.4.1.1, 1.2.4.1.2, 1.2.4.1.3, 2, 2.1, e 2.1.1 do Capítulo VIII; os itens 2.2, 2.2.1 e 2.2.1.2 do Capítulo IX; o item 4 do Capítulo XI, e os itens 1 e 5 do Capítulo XII do anexo da Instrução Normativa nº 78, de 03 de novembro de 2003, que passam a vigorar com as seguintes redações: (...)
Ministério da Cultura (MinC)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos culturais do mecanismo de Incentivo Fiscal do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac).
Ministério da Educação	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.602, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017</u>

	Dispõe sobre a implementação, junto às redes de educação básica municipais, estaduais e do Distrito Federal, das ações do Programa de Inovação Educação Conectada, instituído pelo Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017. <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 25, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil – Fies e do Programa de Financiamento Estudantil - P-Fies referente ao primeiro semestre de 2018. <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 10, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Estabelece os parâmetros operacionais para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, no exercício de 2018.
Ministério da Fazenda (MF)	BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC) <u>PORTARIA Nº 581, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Alterar a Metodologia de Cálculo da equalização de taxas das linhas de financiamento operadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES constante do item 3 do Anexo I, bem como os limites equalizáveis constantes da tabela 2 do Anexo II da Portaria nº 309, de 29 de junho de 2017, que passam a vigorar na forma dos anexos desta Portaria. (...) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.621, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Ajusta as normas do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). <u>RESOLUÇÃO Nº 4.620, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera a Resolução nº 4.222, de 23 de maio de 2013, que dispõe sobre o estatuto e o regulamento do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), para disciplinar a garantida ordinária e outras providências. <u>RESOLUÇÃO Nº 4.618, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Define a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o primeiro trimestre de 2018. <u>RESOLUÇÃO Nº 4.617, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Ajusta normas de Financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeteira (Funcafé) e dos programas de investimento agropecuários amparados por recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). → Departamento de Monitoramento do Sistema Financeiro <u>CARTA CIRCULAR Nº 3.858, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera o Leiaute e as Instruções de preenchimento do documento de código 2061 - Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), de que trata a Carta Circular nº 3.663, de 27 de junho de 2014. → Diretoria Colegiada (DC) <u>CIRCULAR Nº 3.873, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a definição da expectativa de variação percentual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para os doze

	meses subsequentes, componente do cálculo do fator de ajuste "ak", de que trata a Resolução nº 4.600, de 25 de setembro de 2017. <u>CIRCULAR Nº 796, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Divulga versão atualizada dos Manuais Operacionais do Agente Operador do FGTS.
Ministério da Integração Nacional (MI)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 698, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória
Ministério da Justiça e Segurança Pública	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL (DPRF) ↳ Coordenação-Geral de Operações <u>PORTARIA Nº 117, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a restrição do trânsito de Combinações de Veículos de Cargas, Combinações de Transporte de Veículos, Combinações de Transporte de Veículos e Cargas Paletizadas e demais veículos portadores de Autorização Especial de Trânsito (AET) em rodovias federais nos períodos dos feriados do ano de 2018.
Ministério da Saúde (MS)	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 196, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera a Resolução - RDC nº 26, de 13 de maio de 2014, que dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos. ↳ Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 205, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Estabelece procedimento especial para anuência de ensaios clínicos, certificação de boas práticas de fabricação e registro de novos medicamentos para tratamento, diagnóstico ou prevenção de doenças raras. <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 204, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre o enquadramento na categoria prioritária, de petições de registro, pós-registro e anuência prévia em pesquisa clínica de medicamentos. <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 201, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a atualização da lista de Denominações Comuns Brasileiras (DCB). <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 200, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre os critérios para a concessão e renovação do registro de medicamentos com princípios ativos sintéticos e semissintéticos, classificados como novos, genéricos e similares, e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 198, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº. 222, de 28 de dezembro de 2006, que dispõe sobre os procedimentos de petição e arrecadação eletrônica no âmbito da Agência Nacional de Vigilância

	Sanitária - ANVISA. <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 197, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre os requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação humana. <u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 203, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre os critérios e procedimentos para importação, em caráter de excepcionalidade, de produtos sujeitos à vigilância sanitária sem registro na Anvisa. → Gerência-geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.415, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Proibir, em todo território nacional, a comercialização e a distribuição do lote 0681M1 (validade 17/01/2018) do produto LEITE CONDENSADO, marca FAZENDEIRA, registro SIF/DIPOA no 0020/738, fabricado por Baduy e Cia Ltda., CNPJ 21.308.804/0001-22, situada à Rua Vinte e Seis, 849, Centro, Ituiutaba-MG. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.414, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Proibir a distribuição e comercialização, em todo o território nacional, dos lotes de produtos listados abaixo, marca FRIOLACK, fabricados pela empresa LATICÍNIOS FRIOLACK LTDA - ME, situada à ROD RS 330 - KM 1,5 - Linha Modelo - S/N, Chapada-RS, CNPJ 04.531.177/0001-75. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.411, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, comercialização e uso de todos os lotes do produto cosmético GLOSS PROGRESSIVA - ESCOVA INDIANA - FASE 2 - 1000 mL – USO PROFISSIONAL, sem registro na Anvisa, no qual consta como Químico Responsável Arthur A. Mello, inscrição no CRQ 3ª Região - nº 0435417. (...) <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 3.404, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Proibir a fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso de todos os produtos saneantes, dentre eles, o produto PRETINHO ITALIANI, fabricado pela empresa C.V ARAÚJO SOARES DE OLIVEIRA - ME. (...)
Ministério das Cidades (MCidades)	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 716, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Institui a necessidade de autorização do Ministério das Cidades para a realização de eventos de assinatura de contratos, visitas a obras e inaugurações de empreendimentos no âmbito do Programa Avançar, do Programa de Aceleração do Crescimento, inclusive do Programa Minha Casa, Minha Vida. <u>PORTARIA Nº 715, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Formaliza procedimentos de governança, gestão, monitoramento e

controle de riscos na execução orçamentária anual das carteiras de projetos de investimentos das secretarias como base para homologação de relatório Síntese do Projeto Aprovado (SPA) e concessão de Autorização de Início de Objeto (AIO) em contratos de repasses e termos de compromissos.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 52, DE 28 DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, no âmbito da Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano, para o exercício de 2018.

PORTARIA Nº 711, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Estabelece regras transitórias e complementares ao Manual de Instruções para Contratação e Execução dos Programas e Ações do Ministério das Cidades inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 51, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Dá nova redação à Instrução Normativa nº 21, de 14 de dezembro de 2015, que regulamenta o Programa Carta de Crédito Associativo.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 50, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Dá nova redação à Instrução Normativa nº 23, de 14 de dezembro de 2015, que regulamenta o Programa de Apoio à Produção de Habitações.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 49, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Dá nova redação à Instrução Normativa nº 22, de 14 de dezembro de 2015, que regulamenta o Programa Carta de Crédito Individual.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 48, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a alocação dos recursos do Orçamento Financeiro e Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), referentes à área de Infraestrutura Urbana, para o exercício de 2018.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 46, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Saneamento Básico, para o exercício de 2018.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 47, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o Orçamento Operacional do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, referente à área de Habitação Popular e demais operações habitacionais, para o exercício de 2018, e dá outras providências.

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN)

DELIBERAÇÃO Nº 166, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o art. 43-A da Resolução CONTRAN nº 358, de 13 de agosto de 2010, que estabelece normas e procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados, de reciclagem e dá outras providências

DELIBERAÇÃO Nº 165, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera o art. 25 da Resolução CONTRAN nº 691, de 27 de setembro de 2017, que dispõe sobre o exame toxicológico de larga janela de detecção, em amostra queratínica, para habilitação, renovação ou

	mudança para as categorias C, D e E, decorrente da Lei nº 13.103, de 02 de março de 2015. SECRETARIA EXECUTIVA (SE) <u>PORTARIA Nº 693, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Estabelece novo Cronograma de Atividades para execução de Obras de Contenção de Encostas, selecionadas na segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC 2.
Ministério de Minas e Energia (MME)	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 801, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Estabelece os procedimentos para planejamento, formação, processamento e gerenciamento das parcelas Carvão Mineral e Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, associadas à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 799, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Estabelece critérios e procedimentos no caso de identificação de erros no processo de formação do Preço de Liquidação de Diferenças - PLD.
Ministério do Desenvolvimento Social	GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 543, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Aprova o orçamento do Serviço Social do Comércio - SESC para o exercício de 2018. <u>PORTARIA Nº 528, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Estabelece regras e procedimentos para o credenciamento de entidades sem fins lucrativos no âmbito do Programa Cisternas. <u>PORTARIA Nº 527, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017</u> (...) Art. 1º Definir fluxo de atendimento da Ação 2792 - distribuição de alimentos a grupos populacionais específicos, do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional e instituir o Grupo Técnico, que tem como objetivo assessorar, monitorar e avaliar critérios e procedimentos referentes à distribuição de alimentos aos grupos populacionais tradicionais e específicos em situação de insegurança alimentar e nutricional. (...)
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA) <u>PORTARIA Nº 2.659, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Aprovar o Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental - Pnapa 2018. INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 7, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação da natureza federais. (Processo nº 02070.003748/2013-99).

Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
30/12/2017	VETO TOTAL AO <u>PROJETO DE LEI Nº 568, DE 2017</u> (...) A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "Rodolpho José Del Guerra" à Escola Técnica Estadual - ETEC - de São José do Rio Pardo, naquele Município. (...) VETO TOTAL AO <u>PROJETO DE LEI Nº 408, DE 2016</u> (...) A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de "Professora Maria de Lourdes Lima" à Escola Estadual Jardim Bela Vista II, em Conchal. (...)
29/12/2017	<u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.314, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera a <u>Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009</u>, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual. <u>LEI Nº 16.631, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Autoriza o Poder Executivo a realizar operações de crédito com instituições financeiras nacionais ou internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito, agências de fomento, bancos privados nacionais ou internacionais, agência multilateral de garantia de financiamentos e dá providências correlatas VETO PARCIAL AO <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 33, DE 2017</u> São Paulo, 28 de dezembro de 2017 A-nº 160/2017 (...) De minha iniciativa, a propositura objetiva alterar: (i) a <u>Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009</u> – que dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X do artigo 115 da <u>Constituição Estadual</u> – para o fim de reduzir, no ano letivo de 2018, para 40 (quarenta) dias, o prazo estabelecido no § 1º do artigo 6º desta norma e (ii) a <u>Lei Complementar nº 444, de 27 de dezembro de 1985</u> – que dispõe sobre o Estatuto do Magistério Paulista e dá providências correlatas – para prever que os concursos públicos para provimento de cargo de Professor Educação Básica II serão realizados sempre que esgotados os candidatos remanescentes do concurso em vigor. (...) VETO TOTAL AO <u>PROJETO DE LEI Nº 675, DE 2017</u> (...)

	De iniciativa parlamentar, a medida veda a alienação de espaços territoriais estaduais especialmente protegidos – ETEEPs, salvo nas hipóteses previstas na legislação federal. (...) <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 189, DE 2016</u> (...) A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de “Tirreno da San Biagio – Tote” ao Posto de Serviço do POUPATEMPO – Centrais de Atendimento ao Cidadão – de Mogi das Cruzes. <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 485, DE 2010</u> São Paulo, 28 de dezembro de 2017 A-nº 157/2017 Senhor Presidente (...) Segundo a proposição, o abatimento tem o caráter de permuta e pode alcançar 70% do crédito, considerando-se liquidada a dívida nesta hipótese. O montante anual não poderá superar 20% desse limite e, para a sua concessão, o interessado deverá protocolar requerimento dirigido à Secretaria da Fazenda, em até 180 dias, contados da data de publicação da lei. (...) <u>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 390, DE 2010</u> São Paulo, 28 de dezembro de 2017 A-nº 156/2017 (...) A propositura, de origem parlamentar, objetiva atribuir a denominação de “Prefeito Faria Lima”, à linha 1 – Azul da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, na Capital. (...)
28/12/2017	<u>DECRETO Nº 63.123, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS <u>DECRETO Nº 63.122, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Introduz alterações no Decreto nº 54.486, de 26 de junho de 2009, que regulamenta o processo administrativo tributário <u>DECRETO Nº 63.121, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS as operações com obras de arte comercializadas na Feira Internacional de Arte de São Paulo - SP Arte e dá outras providências <u>DECRETO Nº 63.120, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Altera dispositivo do Decreto nº 55.087, de 27 de novembro de 2009, alterado pelos Decretos nº 57.959, de 5 de abril de 2012, nº 58.383, de 12 de setembro de 2012 e nº 61.214, de 15 de abril de 2015, que regulamenta dispositivos da Lei nº 13.507, de 23 de abril de 2009, que dispõe sobre o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA,

	e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 63.119, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dá nova redação ao artigo 5º do Decreto nº 62.973, de 28 de novembro de 2017(*), que altera dispositivos do Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, e dá providências correlatas (*) <i>Dá nova redação a dispositivos do Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto n.º 8.468, de 8 de setembro de 1976, que dispõe sobre a prevenção e o controle da poluição do meio ambiente, e a dispositivos do Decreto nº 47.400, de 4 de dezembro de 2002, que regulamenta disposições da Lei nº 9.509, de 20 de março de 1997, referentes ao licenciamento ambiental</i> (**) <i>Dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente</i>
27/12/2017	<u>DECRETO Nº 63.114, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Transfere os cargos e a função-atividade que especifica e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 63.111, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Extingue a Unidade de Coordenação do Projeto - UCP, do Projeto de Desenvolvimento do Ecoturismo na Região da Mata Atlântica no Estado de São Paulo e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 63.110, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre a Adesão do Estado de São Paulo ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas - PROCOMITÊS, e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 63.109, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Cria e organiza, na Secretaria da Administração Penitenciária, a Penitenciária Feminina de Guariba e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 63.107, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Reorganiza o "Programa Água Limpa", instituído pelo Decreto nº 52.697, de 7 de fevereiro de 2008, visando à execução de projetos e obras destinados ao afastamento e tratamento de esgoto sanitário, bem como à recuperação da qualidade dos recursos hídricos
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SE 77, DE 29-12-2017</u> Dispõe sobre autorização, instalação e funcionamento de Centro de Estudos de Línguas - CEL <u>RESOLUÇÃO SE 75, DE 27-12-2017</u> Dispõe sobre fixação de metas do Idesp, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela Lei Complementar 1.078, de 17-12-2008, para o exercício de 2017 <u>RESOLUÇÃO SE 74, DE 27-12-2017</u> Institui o Programa InterAção e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SE 73, DE 27-12-2017</u>

	Prorroga afastamentos de servidores da Pasta da Educação, junto a Prefeituras Municipais, para atendimento ao ensino fundamental, nos termos do convênio de Parceria Educacional Estado Município
Fazenda (SF)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 118, DE 29-12-2017</u> Designa os Presidentes e os Vice-Presidentes da Câmara Superior e das Câmaras Julgadoras do Tribunal de Impostos e Taxas <u>RESOLUÇÃO SF 117, DE 29-12-2017</u> Designa o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal de Impostos e Taxas <u>RESOLUÇÃO SF/APE 535, DE 19-12-2017</u> O Secretário da Fazenda aprova os índices e observações do Comunicado 659 da Assessoria de Política Econômica de 19-12-2017, que fazem parte integrante desta Resolução <u>RESOLUÇÃO SF/APE 534, DE 19-12-2017</u> Dispõe sobre índices de reajustes de preços de contratos de serviços conforme o disposto no Decreto Estadual 48.326 de 12-12-03 e Resolução da Casa Civil 79 de 12-12-03
Planejamento e Gestão (SPG)	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>PORTARIA DETRAN-411, DE 28-12-2017</u> Dispõe sobre o licenciamento anual de veículos e dá providências correlatas
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 106, DE 29-12-2017</u> Dispõe sobre prorrogação de prazo de aplicação dos recursos liberados em decorrência de Convênios ou Termos Aditivos firmados entre esta Pasta e as Prefeituras Municipais, Entidades Filantrópicas sem fins lucrativos, Instituições Universitárias, Fundações e Consórcios Intermunicipais, e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO SS - 105, DE 27-12-2017</u> Disciplina as condições para a realização de estágio curricular destinado a estudantes de cursos regulares de nível médio, médio profissionalizante e superior no âmbito da Secretaria da Saúde, e dá providências correlatas.
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
28/12/2017	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 35, DE 2017</u> MENSAGEM A-nº 155/2017 DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO (...) Institui o Plano de Carreiras e Classes, de Empregos Públicos e Sistema Retributório para os empregados da Agência Reguladora de

	Saneamento e Energia do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. DOE, Legislativo, 28/12/2017, p. 5 PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1193, DE 2017</u> Autoriza o Poder Executivo a instalar restaurante do Programa "Bom Prato" no município de Salto de Pirapora. DOE, Legislativo, 28/12/2017, p. 7 <u>PROJETO DE LEI Nº 1192, DE 2017</u> Autoriza o Poder Executivo a instalar restaurante do Programa "Bom Prato" no município de Sorocaba. DOE, Legislativo, 28/12/2017, p. 6 PROJETOS DE RESOLUÇÃO <u>PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2017</u> [REPUBLICADO] Altera a Resolução nº 859, de 16 de dezembro de 2008, com alterações posteriores, e dá providências correlatas. (...) Artigo 1º - O caput do artigo 5º da Resolução nº 859, de 16 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 5º - Fará jus a indenização dos períodos de licença-prêmio adquiridos e não fruídos quando em atividade: [...]" (NR) Artigo 2º - A Resolução nº 859, de 16 de dezembro de 2008, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 5º-B: "Artigo 5º-B - Para fins de aplicação desta Resolução, a indenização terá como base de cálculo à remuneração global do servidor referente ao mês do fato gerador, sendo que a Gratificação Especial de Desempenho - G.E.D., que porventura vier a integrar a referida indenização, será apurada mediante a média aritmética simples dos valores implantados em folha nas 12 (doze) referências imediatamente anteriores ao mês do fato gerador. DOE, Legislativo, 28/12/2017, p. 7 (Republicado por ter saído com incorreções no D.A.L. de 27/12/2017)
27/12/2017	PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 1191, DE 2017</u> Classifica Penápolis como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 27/12/2017, p. 10 <u>PROJETO DE LEI Nº 1190, DE 2017</u> Classifica Urupês como Município de Interesse Turístico DOE, Legislativo, 27/12/2017, p. 10
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
28/12/2017	<u>LEI Nº 16.774, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017</u> (Projeto de Lei nº 817/17, do Executivo) Autoriza o Poder Executivo a doar áreas de propriedade municipal ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, representado pela Caixa Econômica Federal, para fins de construção de moradias destinadas à alienação no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV.

	<u>LEI Nº 16.773, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017</u> (Projeto de Lei nº 687/17, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo) Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021. <u>LEI Nº 16.772, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2017</u> (Projeto de Lei nº 686/17, do Executivo, aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo) Estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo para o exercício de 2018.
27/12/2017	<u>DECRETO Nº 58.056, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2017</u> Dispõe sobre o procedimento para a expedição por via eletrônica do Alvará de Aprovação e Execução para Residência Unifamiliar; revoga o Decreto nº 56.059, de 13 de abril de 2015.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107